

COMANDO E LIDERANÇA DAS MULHERES OFICIAIS NO COMANDO DE POLÍCIA DE LISBOA

Fernanda Laura Guerreiro Delca Portinha

**Relatório de Estágio de
Mestrado em Estudos sobre a Mulher
- As Mulheres na Sociedade e na Cultura**

SETEMBRO, 2010



Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos sobre a Mulher – “As Mulheres na Sociedade e na Cultura” - realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Manuel Gaspar da Silva Lisboa.

DECLARAÇÕES

Declaro que este Relatório de Estágio é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Fernanda Laura Guerreiro Delca Portinha

Lisboa, Setembro de 2010.

Declaro que este Relatório de Estágio se encontra em condições de ser apresentado a provas públicas.

O orientador,

Professor Doutor Manuel Gaspar da Silva Lisboa

Lisboa, Setembro de 2010

RESUMO

O presente relatório é o resultado de um estudo, ao longo de um período de estágio, onde se abordou a temática da Mulher e a sua admissão e progressão na carreira nos quadros da Polícia de Segurança Pública (PSP), Instituição maioritariamente masculina.

O principal objectivo deste estudo foi perceber como é que um número reduzido de mulheres são admitidas nos quadros da PSP, perante um universo de inúmeras candidatas e como estas conseguiram atingir as funções de comando no seio desta Instituição.

Num contexto de uma profissão fundamental na organização da sociedade e qualidade de vida das populações e sabendo-se que pouca atenção, por parte da comunidade científica tem sido dada a este assunto, julgou-se oportuno analisar o percurso profissional destas mulheres, desde a sua entrada na Polícia e a sua ascensão profissional a cargos e comando e liderança.

Palavras-Chave: mulher, polícia, progressão, comando.

ABSTRACT

This work explores the topic of Women and their admission and career levels on the boards of the Public Security Police (PSP), a traditionally male institution.

The aim of the training was to do a research on how a small number of women are admitted in the Public Security Police (PSP) as Police Officers and reached the command roles within this institution.

As this profession is essential to the organization of society and quality of life of the population and has received very little attention by the scientific community I could not fail to give a brief summary of their journey, since their entry into the boards of the institution, as Police Officers, to their later promotion to leadership positions.

Key Words: woman; police; promotion; command

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1.OBJECTIVOS DO ESTÁGIO.....	1
2. A INSTITUIÇÃO ONDE FOI REALIZADO O ESTÁGIO.....	2
3. METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO.....	3
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL.....	4
4.1 Comando e liderança.....	6
4.2 A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.....	8
5. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO.....	8
5.1 Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI).....	13
6. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....	16
6.1. Contexto social.....	17
6.2 Contexto profissional.....	19
6.3 Tomada de decisão	21
CONCLUSÃO.....	22
BIBLIOGRAFIA.....	25

ANEXOS

Quadro n.º 1 - Efectivos da Polícia de Segurança Pública, em 1982

Quadro n.º 2 - Total de homens e mulheres concorrentes, admitidos e licenciados em Ciências Policiais, desde 1984 até 2009

Quadro n.º 3 - Diferenças entre sexos, nas provas físicas para ingresso na Licenciatura em Ciências Policiais

Quadro n.º 4 - Habilitações literárias das entrevistadas

Quadro n.º 5 - Estado civil das entrevistadas

Quadro n.º 6 - Efectivos por categorias de todo o pessoal com funções policiais, em 31 de Dezembro de 2009

Quadro n.º 7 - Total de Oficiais de Polícia, em 31/12/2009

Quadro n.º 8 - Mulheres Oficiais de Polícia distribuídas por categorias nos vários Comandos

Quadro n.º 9 - Cronograma das actividades do estágio

Anexo n.º 1 - Atribuições da PSP

Anexo n.º 2 - Conteúdos funcionais do Oficial de Polícia

Anexo n.º 3 - Guião da Entrevista

INTRODUÇÃO

Entre Outubro de 2009 e Junho de 2010, decorreu o estágio de Mestrado no Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa (COMETLIS), com a duração de 400 horas, conforme é exigido, e que corresponde à componente não lectiva do Mestrado em Estudos sobre a Mulher – “As Mulheres na Sociedade e na Cultura” – a fim de garantir o desempenho de funções de carácter profissional relevante para a Instituição de acolhimento e que envolveu a aplicação prática de conhecimentos teóricos e práticos adquiridos na parte curricular do curso de Mestrado”¹.

Para efectuar o estágio foi escolhido o Comando de Polícia de Lisboa, uma vez que se verificou, através do Balanço Social², ser este o local onde estão colocadas mais mulheres Oficiais de Polícia a exercerem funções de comando numa Esquadra, numa Divisão ou num Departamento.

Todo o trabalho e estudo decorreram sob a orientação da responsável na Instituição, a Subintendente Florbela Carrilho, a qual exerce funções de Chefe da Área de Operações e Segurança, do COMETLIS.

1. OBJECTIVOS DO RELATÓRIO

O presente estudo tem por objectivos analisar o percurso profissional das mulheres com funções policiais, verificar como é que elas têm progredido na carreira, no sentido de alcançar um lugar no topo da hierarquia e como elas operacionalizam as funções de comando e liderança na PSP, no Comando de Lisboa.

Tornou-se necessário, inicialmente, consultar a legislação existente no Gabinete de Estudos da Direcção Nacional da PSP, a fim de saber desde que data passaram a ser admitidas mulheres com funções policiais na Polícia e a evolução no número dessas admissões.

Como o estudo se cingiu às mulheres Oficiais de Polícia, tivemos de recorrer à Direcção de Ensino do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

¹ Com base na componente não lectiva - Estágio com Relatório, estabelecida pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

² O Balanço Social foi criado pelo Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro.

(ISCPSI), a fim de consultar as estatísticas do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, e verificar desde quando foram admitidas as primeiras mulheres neste curso. Optamos também por analisar os dados relativamente à formação académica destas mulheres no que diz respeito ao número de candidatas, ao número de admitidas e, finalmente, ao número de licenciadas.

Posteriormente, quisemos fazer uma análise ao desenvolvimento da carreira de Oficial de Polícia na PSP, com a finalidade de verificar como estão representadas as mulheres, quer por categorias, quer por Comandos de Polícia, comparativamente ao universo masculino no mesmo contexto. Será que se têm estabelecido percursos profissionais e possibilidades de ascensão na carreira com base na igualdade entre homem e mulher dentro da Instituição?

Finalmente, pretendemos ainda saber se a formação académica as prepara verdadeiramente para o desempenho das suas funções ao ponto de atingir um nível de realização profissional. Será que o seu desempenho na carreira é proporcional às situações de risco que enfrentam comparativamente com o dos policiais masculinos?

2. A INSTITUIÇÃO ONDE FOI REALIZADO O ESTÁGIO

O Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa (COMETLIS), é um dos comandos territoriais de polícia que faz parte da organização da PSP, que é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa.³

Tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e da lei. Apesar destas funções, é também conhecida por ser a força de segurança responsável pelo policiamento fardado e ostensivo das grandes áreas urbanas de Portugal. O COMETLIS tem sede na Rua Capelo, n.º 13, em Lisboa.

A actividade policial vem legalmente prevista no artigo 272.º da CRP. A Orgânica da PSP foi aprovada pela Lei nº 53/2007 de 31 de Agosto, na qual vem

³ Artigo 1.º, n.º 1 da Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto.

definida a missão, as atribuições e as bases da organização interna da PSP⁴. As atribuições da PSP vêm discriminadas no artigo 3.º da citada Lei, conforme irei transcrever no Anexo n.º 1. A PSP é um instrumento que o Estado criou para que a segurança e o respeito pelos direitos consagrados na Lei Fundamental sejam assegurados.

Segundo o artigo 9.º da CRP, uma das incumbências do Estado português é garantir os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, respeitar e fazer respeitar os princípios do Estado de direito democrático, assim como efectivar o direito à liberdade e à segurança, de acordo com o artigo 9.º da Constituição.

A organização geral da PSP abrange: a Direcção Nacional; as Unidades de Polícia e os Estabelecimentos de Ensino Policial (Escola Prática de Polícia e Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna). Na PSP existem as seguintes Unidades de Polícia: Unidade Especial de Polícia e os Comandos Territoriais de Polícia. Estes Comandos dividem-se na seguinte forma: Comandos Regionais de Polícia dos Açores e da Madeira; Comandos Metropolitanos de Polícia de Lisboa e do Porto e os Comandos Distritais de Polícia de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

3. METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO TRABALHO REALIZADO

Inicialmente, elaborámos um cronograma de actividades a desenvolver durante o estágio, que junto, em anexo (Anexo 3). No início do estágio desenvolvemos várias tarefas inerentes aos objectivos propostos para este trabalho, entre as quais se destacam: leituras bibliográficas; análise do Balanço Social, da lista de antiguidade e das Ordens de Serviço internas; legislação; documentos escritos de origem variada; estatísticas; Notas de Assentos; revista da Polícia Portuguesa; recortes de imprensa, entre outras.

No Instituto Superior de Ciências Policiais, na Direcção de Ensino, procuramos saber como tem sido a frequência das mulheres no Curso de Formação de Oficiais de Polícia - Licenciatura em Ciências Policiais - ao longo dos anos. E através da análise

⁴ Publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 168, de 31/08/2007.

aos dados estatísticos desde 1985 (quando foram admitidas as primeiras mulheres) e até 2009, quando foi concluído o 21.º curso, pudemos constatar quantas mulheres, civis e polícias, concorreram, quantas foram eliminadas e quantas concluíram a licenciatura.

Após este trabalho inicial, procedemos à elaboração do guião da entrevista para ser utilizado de forma directa, em entrevistas semi-estruturadas. As questões formuladas no guião procuraram abarcar um conjunto de variáveis e indicadores relativos aos aspectos da história de vida das entrevistadas, da sua trajectória profissional e da tomada de decisão em situações que envolvem risco.

Fizemos entrevistas a dez mulheres, distribuídas por várias categorias na carreira de Oficial de Polícia, que se encontravam a exercer funções em Lisboa, começando pela categoria de base (Subcomissária), até à categoria mais alta a que já ascenderam (Intendente), dentro da hierarquia policial. A duração média de cada entrevista foi de cerca de 60 minutos e foram realizadas no próprio local onde as entrevistadas se encontram a exercer funções.

Consideramos ainda ser importante conhecer o grau de penosidade associado ao conflito trabalho/família, às suas opções familiares (ser ou não ser mãe), a razão da escolha de uma profissão maioritariamente masculina, e a implicação prática que reside na escolha de medidas que visem ultrapassar o estereótipo de género em proveito da nova geração de mulheres na Instituição.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL

Não havendo muito suporte bibliográfico sobre a condição minoritária das mulheres na PSP, recorreremos à análise de um estudo referente à situação das mulheres nas Forças Armadas (FA) da autoria de Carreiras (1997). Este trabalho foi realizado em 1994, e publicado em 1997, e abrangeu todas as mulheres que se encontravam ao serviço das FA.

Segundo esta autora, o carácter essencialmente masculino da função militar, interfere na formação de identidades sociais e estereótipos de género, que, com a exclusão do sexo feminino, reforçou a assimetria entre os dois sexos. Comparando o estudo de Amâncio (1994) com outros já realizados sobre estereótipos de género, o sexo masculino aparece sempre relacionado com o domínio e a instrumentalidade, bem como o feminino aparece relacionado com a submissão e a expressividade. Particularmente

entre os indivíduos inseridos no mundo do trabalho, a dimensão de diferenciação entre os sexos, que opõe a dominância à submissão, associam o trabalho ao sexo masculino e a família ao sexo feminino (Amâncio, 1994).

Para a autora, a mulher trabalhadora, aos olhos do homem aparece masculinizada. Poder-se-á ainda concluir que, de uma forma geral, as mulheres reconheceram o domínio simbólico do masculino no mundo do trabalho. Por isso mesmo, as mulheres trabalhadoras, na construção da imagem de si próprias, recorrem a traços de sociabilidade que possuem menores conotações de género.

Também por isso se verifica nas suas auto-imagens consoante recorrem mais a traços masculinos, ou a traços femininos. Tendo em conta a relevância dos significados de género associados às categorias sexuais, as mulheres ficam numa posição de necessidade de escolher entre uma identidade adulta, que, obrigatoriamente, leva à perda de traços femininos ou à defesa da sua feminilidade, que, por sua vez, corresponde à perda de competências a nível de trabalho, como afirma Amâncio (1994).

É também importante referir neste estudo que as mulheres trabalhadoras têm uma imagem negativa de si próprias, o que é gerador de falta de confiança em relação às suas capacidades no âmbito do trabalho. Este sentimento deve-se à percepção de que, para atingir essas competências, a mulher terá de recorrer a características do sexo masculino, já que são estas que estão associadas ao mundo do trabalho, e não as femininas. Todos estes factores contribuem para aumentar as dificuldades das mulheres no mundo do trabalho, visto que elas não são só avaliadas pelas suas competências individuais, mas também pelo facto de serem mulheres.

Os estudos da autora visaram justamente evidenciar esta «assimetria simbólica» que marca a relação entre as categorias masculina e feminina, e, segundo a qual, as representações do homem e da mulher são referências universais que se aplicam a toda a gente, enquanto as do feminino são particulares pois definem apenas os membros da categoria mulher.

A dominância simbólica do masculino explica-se pela sobreposição dos conteúdos associados às categorias de homem e de indivíduo, fazendo com que esta representação funcione como a de ser universal, enquanto a do sexo feminino corresponde a um ser confinado ao espaço da família. Uma outra consequência deste processo é que a abertura do mercado de trabalho ao sexo feminino cria várias

subcategorias de mulheres: “em geral, a de mulher--trabalhadora, e de uma forma mais específica, a de mulher-empresária, mulher-polícia, etc., a que certamente poderíamos acrescentar a de mulher-militar”, segundo Carreiras (1997).

Estes dados conduzem os sociólogos a afirmar que o aumento significativo da percentagem de mulheres trabalhadoras se deveu não só a alterações de ordem política e económica, mas também à situação económica das próprias mulheres, e não foi acompanhado de mudanças de comportamento relativamente a elas em razão de factores sociais gerais e historicamente enraizados, que se repercutem na representação da individualidade e da liberdade, na divisão do trabalho, na família e na estratificação social (Carreiras, 1997).

4.1 Comando e liderança

Com base na estrutura orgânica da PSP as funções policiais classificam-se em: funções de comando e direcção; de assessoria; de supervisão e de execução⁵. A função de comando representa uma das primeiras funções a exercer por um Oficial de Polícia, quando termina a Licenciatura em Ciências Policiais e é colocado a comandar uma Esquadra.

Segundo Nunes (1999), o comando de uma Esquadra de polícia é uma função importante na estrutura hierárquica da PSP, já que, o comandante é o responsável pelo bom funcionamento da Esquadra que comanda, no cumprimento das missões atribuídas à Polícia, ao fazer a gestão dos recursos materiais e humanos da Esquadra. Lidera os homens e mulheres, que sob as suas ordens, actuam na defesa e persecução das leis do país, da legalidade democrática, dos direitos dos cidadãos e da garantia da segurança interna.

Como o presente estudo apenas se cinge às mulheres Oficiais de Polícia ⁶, elaboramos um mapa síntese no qual transcrevemos as funções correspondentes às categorias dos Oficiais, através do qual podemos observar a atribuição de funções de comando e liderança (Anexo n.º 2).

⁵ Conforme está previsto no artigo 39.º do Estatuto de Pessoal da PSP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 299/2009, de 14 de Outubro.

⁶ Publicado no Diário da República, I série, n.º 199, de 14/10/2009.

A definição conceptual de liderança é controversa, e é comum considerar-se que existem vários conceitos de liderança, quase tantos como o número de autores que se têm debruçado sobre o tema. O conceito de liderança surge interligado aos conceitos de poder e autoridade, com os quais, por vezes, se confunde. Segundo Jesuíno (1996), a autoridade seria a liderança legítima, aquela que é aceite por aqueles a quem é dirigida. Para este autor, a distinção entre poder e liderança reside no facto de o poder ser atributo de um actor, não carecendo de interacção com o grupo para se fazer representar, podendo mesmo manifestar-se independente do grupo ou contra a sua vontade explícita. Por sua vez, na liderança, sobressai a natureza interactiva entre o actor e o grupo a que este se dirige, sendo exigida a adesão manifesta e espontânea às acções do líder.

A liderança, enquanto processo de influência social, não poderá ser dissociada da estrutura social/organizacional em que se insere, já que a sua propensão essencial é a de delinear acções discricionárias e inovadoras de forma a introduzir na acção uma lógica de oportuna operacionalidade.

Segundo Teixeira (2005), liderança é o processo de influenciar os outros de modo a conseguir que eles façam o que o líder quer que seja feito, ou ainda, a capacidade para influenciar um grupo a actuar no sentido da prossecução dos objectivos do grupo. Este autor refere que, existem quatro estilos de liderança: autocrático, participativo, democrático e laissez-faire. O líder autocrático comunica aos seus subordinados o que é que eles têm de fazer e espera ser obedecido sem problemas. Enquanto o líder participativo é aquele que envolve os subordinados na preparação da tomada de decisão, mas, retém a autoridade final. O líder democrático é o que tenta fazer o que a maioria dos subordinados deseja. E o líder laissez-faire é aquele que não está envolvido no trabalho do grupo, deixa que os subordinados tomem as suas próprias decisões.

Na PSP um Comandante para ser um bom líder deve procurar conquistar a lealdade dos membros em relação à equipa, fazendo com que se sintam orgulhosos de a integrar, com vontade de trabalhar em conjunto, e aderindo aos parâmetros por que se rege a Instituição (Chase, 1992). Este autor afirma que a liderança está na moda, porque os bons líderes são reconhecidos como aqueles que, ao nível da gestão, produzem efectivamente resultados, não se limitando apenas a administrar. Presentemente, a PSP tem de superar os objectivos propostos para a sua missão, e por essa razão os

comandantes (os líderes) devem criar, para as suas Esquadras, para as suas Divisões, objectivos claros e mensuráveis, baseados na opinião de todos os elementos do grupo.

4.2 A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres

A Constituição da República Portuguesa (CRP), na alínea h, do artigo 9.º, atribui ao Estado a incumbência de “promover a igualdade entre homens e mulheres” e a “igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalhos ou categorias profissionais”⁷.

Trata-se de um meio de garantir a liberdade de profissão, patente no artigo 47.º da CRP, reforçando o princípio da igualdade⁸, do qual resulta a proibição da discriminação em função do sexo no acesso a cargos, trabalhos ou categorias profissionais (Canotilho, 1993). Esta imposição constitucional do Estado tem em vista “(...) combater a desigualdade social de condições de acesso profissional e em particular, eliminar na prática a tradicional desigualdade de oportunidades para as mulheres.”(Canotilho, 1993).

Por seu lado, no artigo 59.º, n.º 1 da CRP, são enumerados os vários direitos dos trabalhadores referentes às condições de trabalho, os quais são atribuídos independentemente da “(...) idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, convicções políticas ou ideológicas”. A igualdade de oportunidades e a igualdade de tratamento entre homens e mulheres é uma componente de pleno direito de uma cidadania democrática. Segundo (Lisboa, 2003) “Na sociedade portuguesa, a simples condição de mulher tem sido, só por si, um factor de discriminação social relativamente ao homem no contexto da actividade profissional”.

5. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO

Com base no Balanço Social de 2008, verificamos que na Instituição existiam 22.214 elementos com funções policiais, sendo 20.664 homens e 1.550 mulheres. E

⁷ Artigo 58.º, n.º 2, alínea b) da CRP.

⁸ Artigo 13.º da CRP.

através da consulta à Lista de Antiguidade do pessoal Oficial de Polícia, reportada a 31/12/2009⁹, pudemos averiguar que, na carreira de Oficiais apenas existem 74 mulheres e 710 homens.

Através do Quadro n.º 6, em anexo, apuramos o número de efectivos por categoria e sexo de todo o pessoal com funções policiais, e verificamos que a categoria mais alta atingida na hierarquia para as mulheres Oficiais é de Intendente, ou seja a antepenúltima da pirâmide da carreira de Oficial de Polícia, onde apenas existem duas mulheres. Uma exerce as funções como Directora do Departamento de Formação da PSP e a outra está requisitada no Ministério da Educação, e exerce funções como Directora do Departamento da Segurança Escolar.

Actualmente, não existem Oficiais na categoria de Superintendente, encontrando-se nesta altura a decorrer o concurso de promoção.

Constatamos ainda que, presentemente, apenas existe uma única mulher a exercer funções de 2.º Comandante, no Comando Distrital de Polícia de Bragança. Esta ainda detém a categoria de Comissária e pertence à carreira base de Oficiais de Polícia, aguardando a promoção a Subintendente, cuja lista final do concurso já foi publicada.

Depois, verificamos como é que, as mulheres Oficiais de Polícia se encontram distribuídas pelos vários Comandos Distritais. O número mais elevado surge no Comando de Lisboa, onde se encontram 17 elementos; na Direcção Nacional, no Comando de Setúbal e no do Porto encontram-se nove; na Escola Prática de Polícia existem sete e no Comando dos Açores estão colocadas quatro mulheres. Constatamos que em cinco Comandos (Évora, Faro, Instituto Superior, Madeira e Unidade Especial de Polícia) existem duas mulheres, em nove Comandos (Beja, Braga, Bragança, Aveiro, Coimbra, Portalegre, Santarém, Serviços Sociais e Ministério da Educação) apenas existe uma mulher, e em cinco Comandos (Castelo Branco, Guarda, Leiria, Viana do Castelo e Vila Real) não existe nenhum elemento feminino.

Os dados recolhidos no Gabinete de Estudos da Direcção Nacional da PSP, permitiram constatar que o ingresso dos primeiros elementos femininos, na PSP, ocorreu no Comando de Lisboa em 1930. A Ordem de Serviço n.º 115, de 25/04/1930, refere “Que sejam alistados provisoriamente neste Corpo de Polícia, em conformidade

⁹ Publicada em anexo à Ordem de Serviço n.º 22-II parte, em 04/02/2010.

com o 1.º do art. 2.º do Decreto de 27 de Maio de 1911 “ficando (...) colocados na Secção Administrativa”. Segundo Clemente (2002), a primeira Guarda do sexo feminino entrou na PSP em 1 de Novembro de 1930, e só ascendeu a Guarda de 1.ª classe em 1941.

Verificamos que, só em 1971, se realizou o primeiro concurso público para admissão de Guardas do sexo feminino na Polícia, o qual contou com 678 concorrentes, das quais ficaram aprovadas 273 nas provas literárias e físicas¹⁰. Ao concurso podiam candidatar-se todos os indivíduos do sexo feminino que reunissem as seguintes condições: “Ter nacionalidade portuguesa; ter mais de 21 anos de idade e menos de 35 anos à data do alistamento; possuir a habilitação mínima do exame do 2.º grau de instrução primária; ter a altura mínima de 1,55m; estar isenta de culpa de Registo Criminal e ter irrepreensível comportamento moral e civil”¹¹.

A sua instrução, com início em 17 de Janeiro de 1972¹², realizou-se durante as primeiras seis semanas, em três centros de Instrução Regional, localizados no Porto, em Coimbra e em Lisboa (junto dos Comandos Distritais), de forma a receber as instruções oriundas do Norte, Centro e Sul. “Este sistema tinha o intuito de procurar não afectar a vida familiar das alunas pois muitas delas eram casadas”¹³.

As tarefas, que lhes eram inicialmente atribuídas incluíam serviços internos da PSP, tais como: vigilância de mulheres e crianças, escrituração em serviços burocráticos, enfermagem nos postos de socorros, procedimentos nos serviços informativos e nos de assistência turística, colaboração nos vários órgãos dos serviços Sociais da PSP e telefonistas.

Depois, à medida que se foram integrando na Instituição, também lhes foram atribuídas, gradualmente, missões de actuação no exterior, nomeadamente: colaboração nos serviços de trânsito, designadamente na protecção e ajuda às crianças junto dos estabelecimentos escolares, assim como apoio a pessoas idosas e deficientes físicos. Apesar de tudo isso, as Guardas somente actuavam em missões exteriores durante o dia e não eram requisitadas para serviços que, pela sua natureza, eram confiados aos

¹⁰ Revista Polícia Portuguesa, 1971, p. 3

¹¹ Aviso do Comando Geral da PSP de 23 de Setembro de 1971.

¹² Revista Polícia Portuguesa, 1972, p.11

¹³ Revista Polícia Portuguesa, 1971, p.3

elementos masculinos, como por exemplo: o policiamento nocturno de áreas de vida boémia, as actuações em força, entre outras¹⁴.

Averiguamos que, em 22 de Janeiro de 1973, na Ordem de Serviço n.º 14 (II Parte) do Comando Geral (CG) da PSP, foi publicado o Aviso de abertura do concurso público para a admissão de Guardas do sexo feminino. Este aviso vem alterar as condições de candidatura em relação às provas físicas, que passam a ser diferentes de acordo com o sexo do concorrente.

Constatamos outras alterações nestas condições de candidatura, nomeadamente quanto à altura mínima exigida, a qual passou de 1,55m para 1,60m, e estipulando-se como altura máxima 1,75m. Uma outra alteração registada diz respeito à idade máxima, que, anteriormente era de 35 anos e passou para 28 anos.

Através da consulta ao Decreto-Lei n.º 410/82, de 30 de Setembro¹⁵, verificámos que os elementos policiais estavam divididos em dois quadros, masculino e feminino, e que quer o número de lugares, quer o número de vagas para as mulheres era bastante reduzido, comparativamente ao número de lugares para homens. Além disso, existiam apenas três categorias para o pessoal feminino, enquanto os homens haviam sete categorias¹⁶.

As mulheres também estavam limitadas só a alguns Comandos, ao contrário dos homens que tinham acesso a todos. Verificámos que só a partir de 1982, foi possível as mulheres ascenderem à categoria de Chefe de Esquadra, tendo a Polícia contemplado nesta data as primeiras três vagas nesta categoria, colocando duas no Comando de Lisboa e uma no Comando do Porto.

Só a partir da publicação do Decreto-Lei n.º 151/85, de 9 de Maio, através do qual é aprovado o Estatuto da Polícia de Segurança Pública, se põe termo à situação de constitucionalidade duvidosa por existirem dois Quadros de Pessoal policial, diferenciados pelo sexo, passando a haver apenas um único Quadro.

Presentemente, e segundo o novo Estatuto do Pessoal Policial da Polícia de Segurança Pública, que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 299/2009, de 14 de

¹⁴ Revista Polícia Portuguesa, 1971.

¹⁵ Publicado no Diário da República n.º 106, I série, de 9 de Maio de 1985.

¹⁶ Anexo I, Portaria n.º 761/89, de 2 de Setembro.

Outubro¹⁷, o pessoal policial agrupa-se, nas carreiras de Oficial de Polícia, Chefe de Polícia e Agente de Polícia. Dentro da distribuição hierárquica de cada carreira existem ainda várias categorias¹⁸. Segundo o artigo 44.º do Estatuto Policial, a carreira de Oficial de Polícia desenvolve-se pelas seguintes categorias, por ordem decrescente: Superintendente-chefe; Superintendente; Intendente; Subintendente; Comissário e Subcomissário.

O ingresso na carreira de Oficial da Polícia faz-se na categoria de Subcomissário¹⁹, para os alunos habilitados com o Curso de Formação de Oficiais de Polícia, ministrado pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Depois, o recrutamento para a categoria seguinte de Comissário²⁰, é feito mediante concurso entre Subcomissários com, pelo menos, cinco anos de serviço efectivo na categoria, e no qual é utilizado o método de avaliação curricular.

Para a categoria seguinte, de Subintendente, o recrutamento é feito mediante concurso entre Comissários com, pelo menos, cinco anos de serviço efectivo na categoria e que têm de possuir como pré-requisito especial a aprovação no Curso de Comando e Direcção Policial. A seguir, para a categoria de Intendente, o recrutamento é feito mediante concurso de entre Subintendentes habilitados com o Curso de Formação de Oficiais de Polícia, com quatro anos de serviço efectivo na categoria e é utilizado o método de avaliação curricular. O recrutamento para a categoria seguinte, de Superintendente, é feito mediante concurso entre Intendentes com, pelo menos, quatro anos de serviço efectivo e que detenham como pré-requisito especial a aprovação no Curso de Direcção e Estratégia Policial. Finalmente, o recrutamento para a categoria de Superintendente-chefe, categoria de topo da hierarquia policial, é feito por concurso entre Superintendentes com, pelo menos, três anos de serviço efectivo na categoria, utilizado o método de avaliação curricular da carreira.

Verificamos que, ainda existem na carreira de Oficiais da PSP duas carreiras diferenciadas: - a do Curso de Promoção a Subcomissário (CPS) – “carreira base”; e a que provém do Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP) - “carreira de

¹⁷ Publicado no Diário da República, I série, n.º 199, de 14 de Outubro de 2009.

¹⁸ Artigo 37.º do Estatuto do Pessoal Policial da PSP.

¹⁹ Artigo 52.º do Estatuto do Pessoal Policial da PSP.

²⁰ Artigo 51.º do Estatuto do Pessoal Policial da PSP.

Oficial”. Na primeira, podiam concorrer ao CPS os Subchefes candidatos e submetidos a um curso de um ano lectivo. Era necessário possuir no mínimo o 11º ano ou equivalente e estar na 1ª classe comportamental ou na classe de comportamento exemplar. O candidato teria ainda de preencher as disposições legais previstas nas normas de admissão e frequência ao Curso: “possuir qualidades morais, cívicas e profissionais indispensáveis ao desempenho da função, prestada pelo comandante ou chefe de serviço...”. Sendo estas disposições de elevada importância, a sua análise apenas dependia da avaliação do seu comandante, não sendo vinculativas, ou seja, mesmo não obtendo uma avaliação favorável, esta não era de carácter eliminatório. O candidato após submeter-se a uma Junta de Saúde do respectivo Comando, teria ainda de ser sujeito a provas físicas e escritas.

De acordo com o disposto no artigo 49.º, do Estatuto policial, esta carreira base apenas permite a progressão até à categoria de Subintendente, porque para ter acesso à categoria seguinte, Intendente, é necessário o oficial possuir o Curso de Formação de Oficiais de Polícia.

5.1 O Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI)

Constatamos que o ISCPSI foi criado em 1982²¹, com a designação de Escola Superior de Polícia (ESP), tendo iniciado a sua actividade lectiva em Outubro de 1984.

No que concerne à actividade formativa, este Instituto vem ministrando, de forma ininterrupta, o Curso de Formação de Oficiais de Polícia, que assenta em cinco vertentes fundamentais: ética, humanista, científica, técnica e tecnológica. O ISCPSI é um instituto policial de ensino superior que tem por missão formar Oficiais de Polícia, promover o seu aperfeiçoamento permanente realizar, coordenar ou colaborar em projectos de investigação e desenvolvimento no domínio da segurança interna.

O ISCPSI foi igualmente incumbido de ministrar os Cursos de Promoção a Subcomissário, a Comissário e os Cursos de Promoção a Chefe de Esquadra²². Este

²¹ Através da publicação do Decreto-Lei n.º 423/82, de 15 de Outubro.

²² Com a publicação do Decreto-Lei n.º 129-B/84, de 27 de Abril.

Instituto confere, nos termos da lei, graus académicos em áreas científicas relevantes para a segurança interna.

A competência deste Instituto para conceber o grau de licenciatura em Ciências Policiais aos titulares do Curso de Formação de Oficiais da Polícia, foi atribuída em 1994²³. Na avaliação da capacidade para a frequência do Curso, para além da classificação final do ensino secundário e da classificação da prova de ingresso de Português, são fixados pré-requisitos de selecção de natureza funcional, com carácter eliminatório, compostos por provas de aptidão física e psicológica, por inspecção médica e entrevista.

Este curso tem uma duração de cinco anos, em que o último ano é composto por um estágio prático. O curso integra disciplinas de várias áreas: ciências jurídicas, ciências policiais, línguas e desportos. No 5.º ano do Curso, os alunos - Aspirantes a Oficial de Polícia - realizam o estágio que é dividido em duas partes: na primeira parte percorrem várias unidades da Polícia, entre as quais a Direcção Nacional, a Divisão de Trânsito, a Secção de Inquéritos, o Grupo de Operações Especiais, o Corpo de Segurança Pessoal e o Corpo de Intervenção; na segunda parte, é realizado em Esquadras dos Comandos de Lisboa e Porto, o que lhes permite conhecer o dia-a-dia de um Comandante de Esquadra e dos elementos que a integram.

O objectivo do estágio é proporcionar aos alunos um contacto directo com as várias possibilidades de carreira que a PSP tem para lhes oferecer.

Apuramos que, o primeiro Curso de Formação de Oficiais da Polícia iniciou-se no ano lectivo de 1984/85, ao qual concorreram 18 mulheres civis, mas, ficaram todas eliminadas. No ano seguinte, em 1985, concorreram 130 mulheres (93 civis e 37 polícias na categoria de guarda) e, pela primeira vez foram admitidas (duas polícias e uma civil). Durante a frequência do Curso, verificou-se a desistência de uma mulher polícia tendo as duas prosseguido e concluído o curso com sucesso.

Constatámos que, desde a sua criação e até 2009, realizaram-se 21 cursos, tendo concorrido, ao longo deste período, um total de 16686 candidatos, sendo 11913 homens e 4773 mulheres. Destas mulheres, 4557 eram civis e 216 eram polícias.

²³ Foi atribuída pela Portaria n.º 298/94 de 13 de Maio.

Do total dos candidatos apenas foram admitidos 585, sendo 368 homens e 217 mulheres. A maioria das mulheres é eliminada nas provas de físicas. Segundo Pinheiro (2001), “(...) as provas físicas têm um papel fundamental na eliminação dos candidatos femininos, apesar de não existir uma base científica para a escolha das mesmas. Eliminam-se um tão grande número de mulheres apenas pela sua condição física em detrimento da sua condição psicológica (...)”. Este autor concluiu que “não é por falta de candidatos do sexo feminino que não existem mais mulheres numa profissão que era exclusiva do sexo feminino, sendo as provas físicas a única forma que a Instituição aparentemente encontrou para eliminar o sexo feminino”.

Na sequência do depoimento das entrevistadas observámos que, as candidatas oriundas do Ensino público têm mais dificuldade em corresponder às exigências e ao rigor das provas físicas, uma vez que os programas de Educação Física não estão especificamente direccionados para este tipo de provas. Por outro lado, as candidatas oriundas de escolas particulares, como por exemplo o Instituto de Odivelas, com programas mais específicos, não sentiram tanta dificuldade.

Dos candidatos admitidos ao Instituto só 394 terminaram a Licenciatura em Ciências Policiais, dos quais 352 são homens (246 civis e 106 polícias) e 42 são mulheres (32 civis e 10 polícias).

Verificamos que, houve anos lectivos (1984/85, 1986/87, 1990/91) em que não se observou qualquer registo de mulheres admitidas à frequência do curso. O número mínimo de mulheres licenciadas em cada curso foi de uma, enquanto o máximo foi de cinco (2004/09). Constatámos que, durante seis cursos, apenas ficaram aprovadas mulheres civis. E que o número mínimo de homens licenciados em cada curso foi de dez, e o máximo 37.

No primeiro Regulamento de Admissão e Frequência do Curso na Escola Superior de Polícia,²⁴, não havia diferenças, nas condições de admissão, entre homem e mulher. No entanto, no ano seguinte, o citado Despacho é revogado pelo Despacho n.º 4/85, de 12 de Março²⁵, através do qual se estabelece a diferença na altura mínima e nas provas físicas consoante o candidato seja do sexo masculino ou do sexo feminino (mais

²⁴ Despacho n.º 16/84, de 26 de Abril, publicado no Diário da República II série n.º 97, de 26/04/1984.

²⁵ Publicado no Diário da República II série n.º 59, de 12/03/1985.

suaves para as mulheres). Apresentamos, em anexo, o Quadro n.º 3, com as diferenças que actualmente existem nas provas físicas, consoante o sexo do candidato.

De acordo com o Tratado de Bolonha, o Curso Superior em Ciências Policiais passou a Mestrado Integrado em Ciências Policiais, conforme publicação do Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de Outubro. A candidatura dos alunos para frequência do 1.º ano de Mestrado foi feita por anúncio público²⁶, e o número de vagas foi fixado em 25. No anúncio são enumeradas as condições gerais de admissão que são as seguintes: ser cidadão português; ter menos de 21 anos, em 31 de Dezembro do ano em que se realiza o concurso; ter pelo menos 1,65m de altura mínima para os candidatos masculinos e 1,60 de altura para os candidatos femininos; ser titular de um curso de ensino secundário, ou habilitação legalmente equivalente, ou demonstrar que se encontra inscrito e a concluí-lo nesse mesmo ano, até à data do encerramento do concurso; ter realizado as provas de ingresso fixadas para o estabelecimento do curso, nos termos fixados pela Comissão de Acesso ao Ensino Superior, até à data do encerramento do concurso; e não ter sofrido sanção penal inibidora do exercício da função.

No entanto, para o pessoal policial as condições especiais de admissão ao curso são as seguintes: ter, até 31 de Dezembro do ano em que se realiza o concurso, pelo menos, dois anos de serviço efectivo após o seu ingresso na respectiva carreira; ter menos de 45 anos em 31 de Dezembro do ano em que se efectue o concurso; e estar colocado na classe exemplar ou na 1.ª classe de comportamento.

6. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

A observação recaiu sobre a análise cruzada de diferentes trajectórias profissionais narradas por algumas das mulheres Oficiais de Polícia. Procuramos saber como foi o percurso profissional e se a ascensão às categorias de topo da carreira policial têm sido estabelecidos com base na igualdade entre homens e mulheres, dentro da Instituição. Procuramos investigar se o desempenho destas mulheres é proporcional às situações de risco que enfrentam, e ao respectivo nível de realização profissional.

²⁶ Aviso n.º 8682/2010, publicado no D.R. 2.ª série, n.º 85, de 3 de Maio de 2010.

6.1 Contexto social

A faixa etária das mulheres entrevistadas vai dos 25 até aos 50 anos de idade. Seis mulheres encontram-se na faixa etária dos 40 aos 50 anos, três na faixa dos 30 aos 40 anos, e a mais nova tem 25 anos. Em conclusão a média da idade é de 41 anos.

Quanto às habilitações literárias das 10 mulheres Oficiais de Polícia, seis entraram para a Polícia através do ISCPSI a fim de frequentar a Licenciatura em Ciências Policiais. Outra já era Guarda e depois ingressou no Instituto, deixando a carreira base. As outras três Oficiais pertencem à carreira base, à do Curso de Promoção a Subcomissário e foram progredindo na carreira através de concursos. Mas, duas destas mulheres continuaram os estudos superiores, tendo uma a Licenciatura em Filosofia e a outra em Ciências Sociais. Quanto à terceira, desta carreira, apenas tem o 11.º ano.

Em relação ao local do nascimento apurámos que apenas uma mulher nasceu em Lisboa. As outras são naturais de Évora, Peniche, Porto, Setúbal, Torres Vedras, Amarante, Sabugal e Assumar. Registámos ainda uma nascida em França, mas que veio para Portugal aos quatro anos de idade. A maioria das entrevistadas veio da sua terra natal para Lisboa, a fim de ingressar na PSP.

Tendo o casamento e a maternidade como critérios de análise, foi possível dividir este universo do seguinte modo: três mulheres casadas, quatro divorciadas, uma viúva, uma solteira e uma que vive maritalmente (Quadro n.º 5, em anexo). As mulheres casadas só contraíram o matrimónio após terem sido admitidas na PSP.

Quanto à maternidade, apenas a mulher solteira e a que vive maritalmente, não têm filhos são também as duas mulheres mais novas. Constatamos que, a maioria das entrevistadas já foi mãe pela segunda vez, e que a maternidade não foi obstáculo ao desenvolvimento da sua carreira profissional.

No entanto, Maria e Ana, que iniciaram o percurso policial através da carreira base, referiram ter sentido dificuldades em conciliar a maternidade com a vida profissional.

Para Maria, foi impossível dissociar uma coisa da outra, mas não foi impeditivo.

«Fui colocada como Guarda, em Agosto/1981, na Divisão do Aeroporto de Lisboa, onde conheci o meu marido que era guarda-fiscal. Depois, entrei no ISEF, em Educação Física (1981/82) e pedi a dispensa dos turnos de dia, porque não havia aulas à noite. Então estudava de dia e trabalhava de noite, entrava às 19 horas. A seguir casei em 1983 e passado um ano fiquei grávida, então desisti dos estudos. O meu primeiro filho nasceu em Fevereiro/1985. Nesta altura já reunia os requisitos dos quatro anos de

serviço como Guarda para concorrer ao curso de Subchefe, mas deixei passar o prazo que terminou em 24/05/1984. Mas como o prazo para concorrer ao Instituto ia até 31 de Maio, concorri e entrei. Depois, foi difícil quando começaram as aulas porque tinha de deixar o meu filho muito cedo no Infantário. Às vezes, não podia contar com o meu marido, porque ele também trabalhava por turnos».

Ana, optou por não sair da carreira base e por essa razão não concorreu ao Instituto Superior de Polícia, mas foi concorrendo aos concursos de promoção na carreira (mais tarde licenciou-se em Ciências Sociais, na Universidade Aberta).

«Houve interferência porque as opções têm em conta a vida familiar. Só depois de ter entrado para a Polícia é que casei, em 1981. Fui mãe pela primeira vez no ano seguinte, em Dezembro/1982, nasceu o meu filho. Mais tarde, quando já era Subchefe, em Novembro/1987, é que nasceu a minha filha. Quando fui promovida a Comissário, fui colocada nos Açores e tive de levar os meus filhos. O meu marido também foi porque pertencia à Marinha».

As mais novas (Ivone, Carla, Laura, Vanda e Patrícia), aquelas que entraram na Polícia através do Instituto, foram unânimes em dizer que a maternidade não constituiu interferência, porque primeiro terminaram a licenciatura, depois casaram e só mais tarde é que foram mães. Ou seja, para este grupo de mulheres a primeira prioridade foi estudar, a seguir investir na carreira e só depois como última prioridade, a família.

Tal como esta, também Irene, outra das mulheres que pertence à carreira base, e que ainda é Subcomissária, não sentiu que a maternidade interferisse na progressão da sua carreira, uma vez que aquela não foi uma prioridade.

«Primeiro investi na carreira. Depois, casei e continuei a concorrer aos concursos para progredir na carreira. Por essa razão estive oito anos sem ter filhos. Quando nasceu o meu primeiro filho tinha 32 anos, mas, já estava há um ano na carreira de oficial, tinha sido promovida a Subcomissária».

Para Joana, igualmente da carreira base, o facto de ter sido mãe não foi impeditivo da progressão na carreira de oficial, uma vez que contou sempre com a ajuda do marido.

«O meu marido não quis concorrer aos concursos na PSP, e por isso era ele que cuidava do nosso filho, para que eu tivesse tempo para estudar e me preparar para os concursos».

A opção pela carreira policial foi, em alguns casos, resultado da existência de um familiar na Polícia, como é o caso da entrevistada Laura, cujo pai é Agente Principal no Porto e a Ivone, cujo avô era Comissário na PSP e o pai militar no Exército.

Perante a hipótese de gostarem de ver os filhos seguirem a carreira policial, apenas a entrevistada Vanda, respondeu que não gostaria uma vez que a conciliação da vida profissional e familiar é complicada.

«Às vezes é difícil conciliar a vida profissional com a familiar, conforme as funções que estamos a desempenhar».

Para as restantes, é indiferente os filhos seguirem ou não a vida policial, não querendo sequer interferir nas suas opções, para elas o que é importante é cada um gostar daquilo que faz.

Procuramos saber se o horário destas mulheres é compatível com a vida familiar e a maioria respondeu que, por vezes, é complicado conciliar o serviço e a família, porque há dias em que não têm hora para sair. E também porque têm de fazer serviços nocturnos, como por exemplo as operações Stop nocturnas e o Serviço de Oficial de dia (serviço durante 24 horas seguidas), serviços que causam uma privação do contacto familiar.

A Irene, porque tem dois filhos pequenos (uma menina com 12 anos e um menino com nove anos) e pelo facto de estar divorciada (o seu ex-marido também é polícia), disse que tem de pedir a colaboração do ex marido quando trabalha de noite.

«Não tenho cá ninguém da família, e por este motivo tenho que pedir ao meu ex-marido (que é Chefe no Corpo de Intervenção), para trocar de serviço a fim de poder ficar com as crianças, quando fico escalada para fazer o serviço de oficial de dia, e isso acontece duas ou três vezes por mês».

Quanto às outras entrevistadas apuramos que, pelo facto dos maridos pertencerem à Instituição, podem contar com o seu apoio nos cuidados com os filhos, quando elas estão de serviço.

6.2 Contexto profissional

Quanto à progressão na carreira profissional, existem duas carreiras de Oficiais de Polícia, nas quais a ascensão é diferente. Constatámos que, a maioria das entrevistadas (sete) estão na Carreira de Oficiais porque detém a Licenciatura em Ciências Policiais e que, por esse motivo, de acordo com o Estatuto Policial, poderão progredir na carreira até ao seu topo (Superintendente-chefe). Enquanto as outras três, porque pertencem à carreira base e não se formaram em Ciência Policiais, só podem ascender até à categoria de Subintendente.

Uma das entrevistadas, Ana, é a única mulher Oficial de Polícia da carreira base, que progrediu até Subintendente, e por não possuir o curso de Ciências Policiais está impossibilitada de prosseguir na carreira.

«Cheguei até aqui, sempre por concursos, e agora com 50 anos só me resta esperar pela aposentação».

Quanto ao cumprimento de missões noutros países, apenas uma das entrevistadas, Ivone, conseguiu ir para a Bósnia (depois de esperar vários anos), e cumpriu uma missão durante um ano.

«Comecei a concorrer para as missões aos 23 anos e fiquei em 1.º lugar, mas estive à espera, sem ter qualquer explicação, até aos 30 anos».

Procurámos saber se tinham tido algum tipo de dificuldades quando pretendiam progredir na carreira. Algumas das entrevistadas responderam que têm sentido algumas dificuldades e que estas se resumem a duas: a conciliação da vida profissional com a familiar e o facto de poderem ser transferidas de Comando quando são promovidas.

Irene, pelo facto de ainda deter a categoria de Subcomissária (tem 46 anos), e pertencer à carreira base, na qual é mais difícil a progressão porque existe um número de vagas muito reduzido, não faz questão em concorrer porque não sabe onde será depois colocada.

«No último concurso não concorri porque não quis ir para longe por causa dos meus filhos. Antes de cinco anos não vou concorrer por causa da família».

Em relação às entrevistadas provenientes do Curso de Formação de Oficiais, notamos que não têm sentido dificuldades na ascensão na carreira. Por um lado, porque existem mais vagas para esta carreira, e por outro lado, porque iniciaram a carreira como estudantes com o ingresso no Instituto da Polícia, apostando primeiro nos estudos, depois na carreira e só mais tarde é que formaram família.

Uma dessas mulheres, Patrícia, já alcançou a categoria de Intendente, e salientou que nunca sentiu qualquer tipo de dificuldades para progredir na carreira, porque à medida que ia reunindo as condições necessárias foi concorrendo aos concursos.

«Nesta organização nunca me senti excluída. Não há mecanismos de exclusão. Há corporativismo».

6.3 Tomada de decisão

Analizamos como é que as mulheres Oficiais de Polícia tomam decisões em situações que exijam soluções rápidas, com efeitos imediatos e envolvendo o risco²⁷ directo de muitas vidas. O comandante é o responsável, pelas várias decisões que tem de tomar, no âmbito das atribuições que lhe são cometidas. Segundo Chaves :«A PSP procura quatro qualidades em todos os seus oficiais: coragem, tenacidade, conhecimento profissional e integridade.»

Ana, por se encontrar a desempenhar funções de Comandante de uma grande Divisão, cargo com elevada responsabilidade que obriga por vezes a ter de tomar decisões muito rápidas, disse que enfrenta o desafio e o risco com determinação.

«Em situações de grandes eventos, como por exemplo, nos jogos de futebol internacionais ou entre os grandes clubes, quando as coisas não estão a correr bem eu fico mais calma e não entro em stress, o que me tem ajudado a tomar as decisões mais ponderadas. Por exemplo, não deixo de acompanhar os meus elementos e vou falar com as claques, e se conseguir por meio do diálogo é muito bom. Se sou eu a comandar, sou eu a responsável».

Irene, porque todos os meses tem de fazer duas ou três vezes o serviço de Oficial de dia (consiste em permanecer no serviço durante 24 horas seguidas), e mesmo já tendo muitos anos de polícia não deixa que por vezes se sinta insegura durante o serviço.

«Às vezes no serviço de 24 horas, fico nervosa e na dúvida se estou a fazer bem as coisas. E por saber que não tenho muita força física, nas situações mais complicadas, tento primeiro acalmar as pessoas».

Maria, além de ser a mais antiga neste grupo de entrevistadas, também é uma das que detém a categoria mais alta na hierarquia policial, Intendente, e foi a única mulher que esteve a exercer funções de Comandante à frente de um Comando Distrital de Polícia, por esse motivo as suas funções foram de grande responsabilidade.

«Preocupo-me muito antes de tomar uma decisão, gosto de ouvir a opinião dos que trabalham comigo, para depois decidir. As mulheres decidem tal como os homens, mas pensam mais do que eles. Nunca me precipito na tomada de decisão, porque quando se decide à pressa não se decide bem. Costumo dizer que tenho o meu sexto sentido apurado, o que me tem ajudado imenso quando preciso de tomar decisões».

²⁷ O termo risco é, aqui empregue no sentido comum à actividade policial, e não enquanto conceito de aprendizagem.

Patrícia, já exerceu funções de comando em vários serviços e por esse motivo teve de enfrentar vários desafios, mas, sempre soube executar essas tarefas com primor e lealdade em prol do sucesso. Sente-se feliz com a profissão que escolheu e mesmo já tendo chegado a Intendente, nota que quanto mais ascende na carreira, maior é a sua responsabilidade perante a Instituição e perante aqueles que tem sob o seu comando.

«O Comandante está como se fosse uma campânula de vidro em que os outros vêm, mas não lhe podem tocar. Eu tenho de resolver os problemas que me são apresentados, e tenho de encontrar uma solução para eles, foi isso que aprendi no Instituto, e por esse motivo sou eu a responsável pelo serviço que comando. Temos de saber ouvir os outros. Mas, a última palavra é sempre a minha».

Constatámos que, estas mulheres pelo facto de exercerem funções de comando e liderança, quando são colocadas à frente de um serviço, em que a maioria dos seus subordinados são homens, não lhes tem causado qualquer constrangimento, porque afirmaram que foram formadas e treinadas para este tipo de funções.

CONCLUSÃO

O estágio no COMETLIS permitiu, antes de mais, cumprir os vários objectivos deste Mestrado entre os quais se destacam: “adquirir competências de interacção entre o conhecimento universitário e as organizações com intervenção nas problemáticas sociais relevantes para a área de especialização” e “obter conhecimentos e competências para elaborar e apresentar, nas formas oral e escrita, uma comunicação científica, obedecendo aos parâmetros académicos”.

Para além de proporcionar a obtenção de um título académico, este estágio proporcionou também uma experiência social partilhada entre investigadora e investigadas, de carácter essencialmente reflexivo, fundamental para a minha formação por permitir lançar um olhar mais consciente sob as questões do género, numa profissão ainda tão maioritariamente masculina, de modo a poder contribuir para a promoção de uma cultura e educação para o respeito à mulher combatendo o padrão negativo de estereótipos femininos, que ainda se verifica na nossa sociedade.

É certo que se verificou, nestes últimos anos, um significativo progresso na participação das mulheres no mercado de trabalho e ao nível das suas qualificações, mas as formas de desigualdade que se manifestam no acesso a várias profissões continuam a ser objecto de pesquisa, bem como nos comportamentos discriminatórios ou na hostilidade de que são vítimas. E, no caso particular no Universo da PSP, os dados

continuam a demonstrar que a representação da mulher continua a ser muito reduzida (6,97%).

Segundo as estatísticas do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna referente ao ingresso no Curso de Formação de Oficiais de Polícia, este reduzido número de mulheres admitidas nesta instituição, não se deve à falta de candidatas, mas sim porque a maioria é eliminada nas provas físicas, porque no seu percurso académico não foram preparadas para a exigência daquele tipo de provas. Verificámos que, ao longo dos anos, as provas físicas para ingresso no curso, têm vindo a sofrer alterações, porque, para haver igualdade entre homem e mulher, tem de se reconhecer as diferenças de compleição física que existem nos dois sexos.

Contudo, constatámos, que muitas transformações positivas foram feitas desde a criação desta instituição. Quanto à documentação interna na Polícia, houve um avanço qualitativo através da Intranet da PSP, no Gabinete de Estudos, com o título “Carreira feminina”, onde se encontram reunidos vários documentos (Ordens de Serviço, Diários da República e Despachos) sobre a admissão das mulheres na Polícia.

Na Revista oficial da PSP – “Polícia Portuguesa”, que também consultámos, podemos verificar que foram publicados vários artigos, escritos pelas próprias mulheres, onde narram como foi agradável a sua chegada à PSP e como sentiram o ingresso nesta profissão. É, contudo, de lamentar que a PSP não tenha esses artigos catalogados, o que dificultou a pesquisa.

Também através de recortes de notícias de imprensa (jornais, revistas), que solicitámos às entrevistadas e que têm sido publicados ao longo dos anos, relatando a actividade e o percurso profissional dessas mulheres, sob o ponto de vista de outros, pudemos constatar, com agrado, como a Imprensa tem reconhecido como útil e gratificante a presença da mulher na PSP.

O acesso das mulheres à PSP alargou o âmbito das escolhas profissionais no plano individual e, para além de ter dado um contributo a profissões tradicionalmente masculinas, também proporcionou a igualdade de oportunidades em relação ao sexo masculino. A sua admissão na PSP resultou numa situação de mudança institucional, com repercussões ao nível da sociedade civil, dos elementos policiais masculinos e, fundamentalmente, das mulheres que decidiram enfrentar este desafio.

Embora seja ainda vista como uma Instituição onde há mais homens do que mulheres, estas têm vindo paulatinamente a ocupar todas as funções e a alcançar os cargos superiores. Presentemente duas mulheres, de 42 e 49 anos de idade, já chegaram à categoria de Intendente e estão prestes a ser promovidas a Superintendente, ascendendo deste modo à penúltima categoria da carreira de Oficial de Polícia. Deste modo, é possível daqui a uns anos estas mulheres atingirem as categorias do topo da hierarquia policial, porque os limites máximos de idade da passagem à situação de pré-aposentação, para a categoria máxima -Superintendente-chefe- é aos 62 anos e, para as restantes categorias, aos 60.

Todas estas transformações são encaradas por um sentimento feminino de adaptação, integração e realização profissional extremamente positivo e PSP, espera que os seus Oficiais, quer sejam homens ou mulheres, venham a ser líderes, treinando-os de acordo com essa pretensão, porque a natureza da actividade policial, na maioria das vezes é de cariz imediato, urgente, e a decisão tem de ser tomada em tempo útil, fora das situações de normalidade.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Miguel (2000). “Senhores de Si: Uma interpretação antropológica da masculinidade”. Lisboa, Fim de Século (2.^a ed.).
- Amâncio, Lúcia (1994). “Masculino e Feminino. A construção social da diferença”. Edições Afrontamento, Porto.
- António, Estanqueiro (1993). “Saber lidar com as pessoas. Lisboa, Editora Presença.
- Canotilho, José Joaquim Gomes, e MOREIRA, Vital (1993). “Constituição da República Anotada”, 3.^a Edição, Coimbra Editora, 2 vols, pp. 125-131; 314-321; 954-957.
- Canotilho, José Joaquim Gomes (1998). “Direito Constitucional e Teoria da Constituição”, 3.^a Edição, Livraria Almedina, Coimbra, pp.398-407.
- Carreiras, Helena (1997). “Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas”, Edições Cosmos, Lisboa.
- Chase, Colin (1992).” O gestor como Líder”, Gradiva, Publicações, Lisboa.
- Chaves, Carlos Henrique Pinheiro (1997). “Comando e Liderança”, Escola Superior de Polícia, Lisboa.
- Comissão da Condição Feminina (1980).”Trabalho e emprego”, n.º 6, II Série, Novembro/Dezembro, pp. 12.
- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (1995, 1997, 1999). “Situação das Mulheres em Portugal”, CIDM, Presidência do Conselho de Ministros.
- Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (2004). “A Igualdade de Género em Portugal 2003”, 2004. CIDM, Presidência do Conselho de Ministros.
- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego “Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional», Colecção “Legislação”, 3.^a edição.
- Constituição da República Portuguesa (1998). Livraria Almedina, Coimbra.
- Duby, Georges, PERROT, Michelle (1995). “História das Mulheres – O Século XX”, Volume 5, Edições Afrontamento, Porto.

Ferreira, J. M. Carvalho, Neves, José, Caetano, António (2001). "Manual de Psicossociologia das Organizações". Editora MCGRAW-Hill de Portugal, Lisboa.

Guimarães, Elina (1989), "Mulheres Portuguesas ontem e hoje", Comissão da Condição Feminina, 3.^a Edição, Lisboa.

Jesuíno, Jorge Correia (1996), "Processos de Liderança", 2.^a edição, Lisboa, Livros Horizonte.

Leandro, Alexandra, Cristina (2000), "Homens e mulheres polícias. Observações no contexto de uma esquadra, Relatório Científico final Por uma etnografia da Polícia: mulheres numa organização em mudança", FCT/POCTI/36003/ANT/2000, participado pelo FEDER, 130-161.

Lisboa, Manuel (2000). "A Indústria Portuguesa e os seus Dirigentes". Lisboa, Educa.

Lisboa, Manuel (2003). "Os custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres". Lisboa, n.º 17 Ditos & Escritos.

Lisboa, Manuel (2006). "Participação das Mulheres nas elites políticas e económicas no Portugal democrático", Edições Colibri.

Marinho, Liliana (2001). "PSP: Adaptação e Integração Profissional dos Elementos Femininos com Funções Policiais", tese de Licenciatura em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Martins, Manuel Meirinho; Teixeira, Conceição Pequito (2005). "O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal", Comissão Para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Colecção estudos de Género.

Miranda, Jorge (1988). "Manual de Direito Constitucional", Direitos Fundamentais, IV Tomos, Coimbra Editora, pp.219-250.

Nunes, Sérgio António Abrantes (1999). "A Função do Comando de Esquadra-Gerir/Liderar/Comandar", tese de Licenciatura em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Perista, Heloísa; Silva, Alexandra (2005). "Impacto em Função do Género", Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Colecção Bem me Quer, n.º 10.

Pinheiro, João (2001). “As mulheres na PSP. Integradas ou excluídas?”, Tese de Licenciatura em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Pracana, Clara (2001). “O Líder Sedutor”, Lisboa, Climepsi Editores.

Rato, Helena “A Igualdade de Género na Administração Pública Central Portuguesa”, INA.

Silva, Manuela (1999). “A Igualdade de Género. Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva”. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Silva, Maria Regina Tavares (2002). “Feminismo em Portugal”, Cadernos Condição Feminina, 3.ª Edição, Lisboa.

Teixeira, Sebastião (2005), “Gestão das Organizações”, Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.

Publicações periódicas

Revista Polícia Portuguesa

AAVV, «Mulheres Polícias», N.º 49, Maio/Junho 1945, pp. 10 e 11.

AAVV, «Mulheres Polícias», N.º106, Novembro/Dezembro 1954, pp. 16 – 21.

AAVV, «Alistamento e instrução das novas Guardas da PSP», N.º 208, Novembro/Dezembro 1971, pp. 3 e 4.

AAVV, «Uma mulher polícia na TV», N.º 218, Julho/Agosto 1973a, p.16.

AAVV, «2ª Escola de Alistados de Agentes Femininos», N.º 218, Julho/Agosto 1973b, pp. 23 e 24.

AAVV, «Efectivos femininos e masculinos em formação na E.F.G.», N.º7 - II Série, Janeiro/Fevereiro 1981, pp.8 e 9.

Barreiro, Fátima Maia, «Cerimónia do compromisso de honra das alistadas da 3ª incorporação de 1974», N.º 224, Julho/Agosto 1974, p.16.

Clemente, Pedro José Lopes, «A Feminizarão da Polícia», N.º 123 – II Série, Maio/Junho 2000, pp.21 e 22.

Ferreira, Lurdes, «A mulher polícia face ao 25 de Abril», N.º 223, Maio/Junho 1974a, p. 23.

Ferreira, Lurdes, «Civismo», N.º 224, Julho/Agosto 1974b, pp.15.

Gamito, Lénia, «A integração da Mulher na PSP», N.º 210, Março/Abril 1972, pp 10 – 14.

Liberato, A., «Esboço histórico da origem e evolução das instituições policiais», n.º 179, Janeiro/Fevereiro 1967, pp.2-5.

Morais, M. de Lourdes, «A Mulher», N.º 222, Março/Abril 1974, p.17.

Moreira, Ernesto Figueiras, «Valorização profissional», N.º 6 – II Série, Novembro/Dezembro 1980, p. 10. 62

Pereira, Lurdes, «A feminilidade do agente feminino da PSP», N.º 222, Março/Abril 1974, p.17.

Legislação Diversa

Ordem de Serviço N.º115, Polícia de Segurança Pública de Lisboa, 25 de Abril de 1930.

Decreto-Lei n.º 34:882, de 4 de Setembro de 1945 (Aprova o quadro único do pessoal do Comando Geral da PSP).

Decreto-Lei n.º 410/82, de 30 de Setembro, DR n.º 227, I Série de 30/09/1982 – Integra o quadro supranumerário permanente no quadro orgânico da Polícia de Segurança Pública – há diferença entre quadro masculino e quadro feminino.

Ordem de serviço N.º 67 (II Parte) de 24 de Abril/85 – Abertura de Concurso para Oficiais de Polícia.

Decreto-Lei n.º 151/85 de 9 de Maio, DR n.º 106, I Série de 9 de Maio – Estatuto da Polícia de Segurança Pública – terminou com a diferença de quadro entre masculino e feminino.

Ordem de Serviço n.º 82 (II Parte) de 21 de Maio/85 – Provas de Admissão aos Cursos de Promoção a Subchefe e Chefe de Esquadra.

Ordem de Serviço n.º 19 (I Parte) de 29 de Janeiro/86 – Agentes femininos – a instrução ministrada na EPP é idêntica para os dois sexos.

Lei n.º 7/90, de 20 de Fevereiro - Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública.

Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro – Organização e funcionamento da Polícia de Segurança Pública.

Decreto-Lei n.º 511/99, de 24 de Novembro - Estatuto do Pessoal da Polícia de Segurança Pública.

Portaria n.º 937/2000, de 15 de Junho – Regulamento do Concurso para admissão ao Curso de Formação de Subcomissários da Polícia de Segurança Pública.

Despacho n.º 21388/2001 de 15 de Outubro – Regulamento de Frequência e Avaliação do Curso de Formação de Subcomissários.

Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto – Orgânica da Polícia de Segurança Pública.

Portaria n.º 434/2008 de 18 de Junho – aprovação das subunidades operacionais dos Comandos territoriais de polícia e a organização dos respectivos serviços.

Portaria n.º 2/2009 de 2 de Janeiro – Alteração à Portaria n.º 434/2008 de 18 de Junho.

Decreto-Lei n.º 299/2009, de 14 de Outubro - Estatuto do Pessoal da Polícia de Segurança Pública.

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Decreto-Lei n.º 423/82, de 15 de Outubro, DR n.º 239, I Série, 15/10/82 – cria a Escola Superior de Polícia.

Despacho 4/85 de 12/03/1985 – Regulamento de Admissão e Frequência do Curso de Formação de Oficiais de Polícia (Escola Superior de Polícia).

Ordem de Serviço n.º 36, I parte, de 15 de Março de 1985 – Regulamento Interno da Escola Superior de Polícia.

Ordem de Serviço n.º 37, I parte, de 18 de Março de 1985 – Regulamento de Admissão e Frequência do Curso de Formação de Oficiais de Polícia.

Despacho n.º 9, publicado no DR n.º 77, II parte, de 2 de Abril de 1985 – fixa o *numerus clausus*, para o Curso de Formação de Oficiais de Polícia, no ano lectivo de 1984-1985.

Ordem de Serviço n.º 96, II parte, de 17 de Junho de 1985 – calendário das provas de selecção para o Curso de Formação de Oficiais de Polícia.

Portaria n.º 738/85 de 30 de Setembro DR n.º 225, I Série, de 30/09/1985 – aprova a revisão dos planos dos cursos ministrados na Escola Superior de Polícia.

Despacho n.º 27 de 8/11/1985 – DR n.º 257, II Série – regulamento de avaliação de conhecimentos dos alunos da Escola Superior de Polícia.

Despacho n.º 28 de 8/11/1985 – DR n.º 257, II Série – gratificação mensal aos cadetes.

Decreto-Lei n.º 318/86, de 25/09/1986 – DR n.º 221, I Série de 25/09/86 – aprova o Regulamento da Escola Superior de Polícia.

Ordem de Serviço n.º 214, II parte, de 23 de Novembro de 1989 – Ingresso na carreira de Oficial de Polícia – Nomeação das primeiras 2 mulheres Oficiais de Polícia.

Decreto-Lei n.º 402/93 de 7 de Dezembro, DR n.º 285, I Série A, de 7/12/1993- Estatuto da Escola Superior de Polícia.

Portaria n.º 298/94 de 18 de Maio, DR n.º 115-I Série B – A Escola Superior de Polícia confere o grau de licenciatura em Ciências Policiais

Portaria n.º 101/95 de 2 de Fevereiro – Regulamento de Admissão e Frequência do Curso de Licenciatura em Ciências Policiais.

Ordem de Serviço n.º 25 –I Parte B, de 20 de Junho 1996 - Despacho n.º 28/GCG/96 – Fixa os coeficientes de ponderação da classificação da licenciatura em Ciências Policiais – na Área Técnica têm a disciplina de Comando e Liderança.

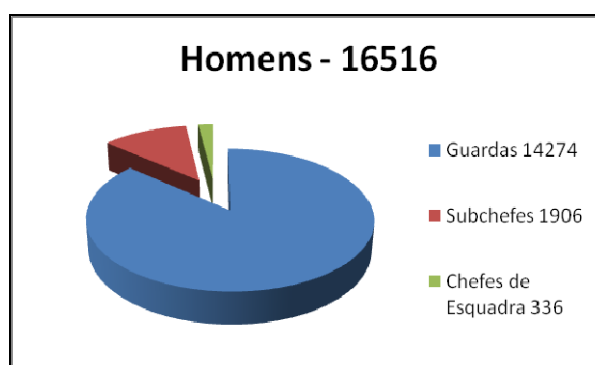
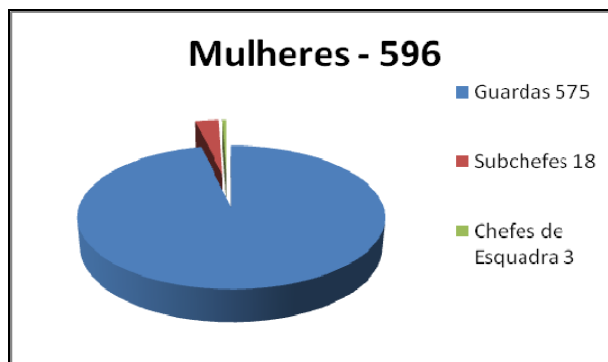
Despacho de 8/11/2001- Regulamento de Avaliação de conhecimentos dos alunos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Aviso n.º 8880/2009 de 30 de Abril – Concurso destinado à constituição de reservas para admissão ao 1.º ano do curso de licenciatura em Ciências Policiais e Segurança Interna.

Decreto –Lei n.º 275/2009 de 2 de Outubro – Estatuto do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

ANEXOS

Quadro nº 1 - Efectivos da Polícia de Segurança Pública, em 1982



Quadro n.º 2 – Total de homens e mulheres concorrentes, admitidos e licenciados em Ciências Policiais, desde 1984 até 2009

	Homens	%	Total
Concorrentes	11913	72%	16686
Admitidos	368	62%	585
Concluíram	352	90%	394

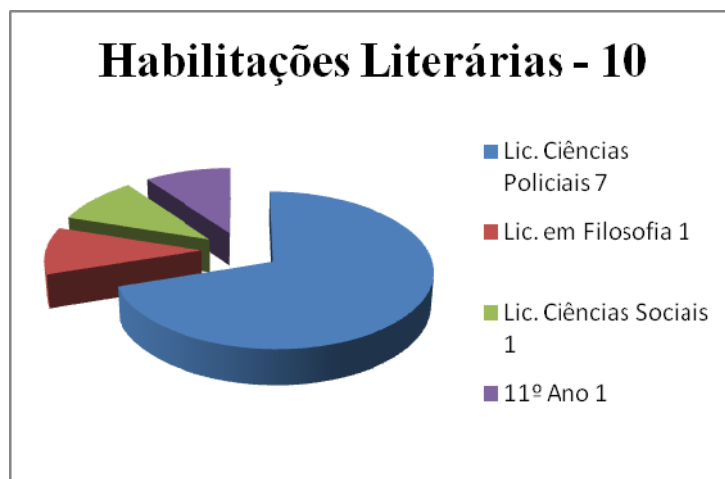
	Mulheres	%	Total
Concorrentes	4773	28%	16686
Admitidas	217	38%	585
Concluíram	42	10%	394

Quadro n.º 3 - Diferenças entre sexos, nas provas físicas para ingresso na Licenciatura em Ciências Policiais²⁸

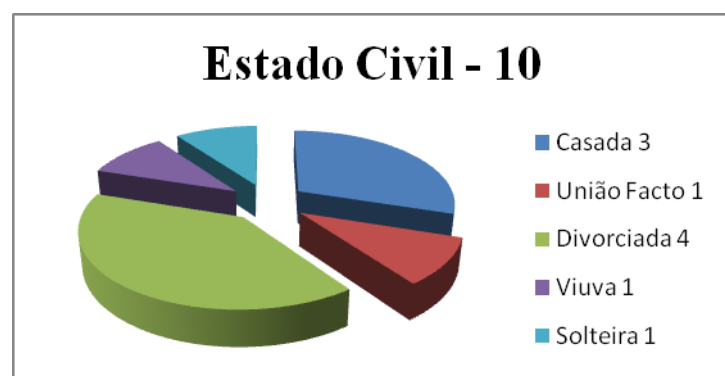
Provas físicas	Género masculino	Género feminino
Corrida de 60 metros no tempo máximo	8,80 segundos	9,70 segundos
Salto em comprimento, sem corrida, de pelo menos	2,20 metros	1,80 metros
Transposição, sem apoio, de muro	1 metro de altura	0,80 metros de altura
Flexões e extensões	3 flexões de braços na trave, em posição facial	10 extensões de braços no solo
Flexões de tronco (abdominais), no tempo máximo	30 em 45 segundos	25 em 45 segundos
Corrida de 1000 metros, no tempo máximo	3 minutos e 40 segundos	4 minutos e 35 segundos

²⁸ Publicado através do aviso n.º 8862/2010, no Diário da República, 2.ª série, n.º 85, em 3/05/2010.

Quadro n.º 4 – Habilitações literárias das entrevistadas



Quadro n.º 5 – Estado civil das entrevistadas



Quadro n.º 6 - Efectivos por categorias de todo o pessoal com funções policiais, em 31 de Dezembro de 2009.

Categorias	Masculino	Feminino	Total
Superintendente-Chefe	6	0	6
Superintendente	0	0	0
Intendente	50	2	52
Subintendente	100	6	106
Comissário	125	13	138
Subcomissário	435	47	482
Chefe	1.621	196	1.817
Subchefe	786	44	830
Agente Principal	12.063	794	12.857
Agente	5.528	448	5.976
TOTAL	20.666	1.552	22.218

Quadro n.º 7 – Total de Oficiais de Polícia, em 31/12/2009

Categoria	Masculino	Feminino	Total
Superintendente-Chefe	6	0	6
Superintendente	0	0	0
Intendente	50	2	52
Subintendente	100	6	106
Comissário	124	14	138
Subcomissário	430	52	482
TOTAL	710	74	784

Quadro n.º 8 – Mulheres Oficiais de Polícia distribuídas por categorias nos vários Comandos

Comandos	Categorias				
	Intendente	Subintendente	Comissário	Subcomissário	Total
Açores			1	3	4
Beja				1	1
Braga				1	1
Bragança			1 ²⁹		1
Aveiro				1	1
Castelo Branco					0
Coimbra				1	1
Direcção Nacional	1	3	3	2	9
Escola Prática de Polícia			2	5	7
Évora			1	1	2
Faro				2	2
Guarda					0
Instituto Superior de Polícia			1	1	2
Leiria					0
Lisboa		2	2	13	17
Madeira				2	2
Unidade Especial de Polícia			1	1	2
Portalegre				1	1
Porto		1	1	7	9
Santarém				1	1
Setúbal			1	8	9
Serviços Sociais				1	1
Viana do Castelo					0
Vila Real					0
Munistério da Educação	1 ³⁰				1
TOTAL	2	6	14	52	74

²⁹ Está colocada como 2.º Comandante no Comando de Bragança (aguarda concurso promoção a Subintendente)

³⁰ Está colocada, em requisição, no Ministério da Educação

Quadro n.º 9 - Cronograma das actividades do estágio

TAREFAS	OUT/09	NOV/09	DEZ/09	JAN/10	FEV/10	MAR/10	ABR/10	MAI/10	JUN/10
1-Recolha, tratamento e análise bibliográfica relativa ao tema	x	x	x						
2-Consulta e recolha de dados das fontes documentais	x	x	x						
3-Construção do guião da entrevista e da grelha de observação	x	x	x	x					
4-Observação directa e análise documental	x	x	x	x					
5-Trabalho de campo relativo à realização da entrevista			x	x	x				
6-Realização das entrevistas			x	x	x	x	x	x	x
7-Tratamento da entrevista			x	x	x	x	x	x	x
8-Redacção do relatório de estágio				x	x	x	x	x	x

Anexo n.º 1 – Atribuições da PSP, de acordo com o disposto no artigo 3.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto.

“1 - Atribuições

1 - Em situações de normalidade institucional, as atribuições da PSP são as decorrentes da legislação de segurança interna e, em situações de excepção, as resultantes da legislação sobre a defesa nacional e sobre o estado de sítio e de emergência.

2 - Constituem atribuições da PSP:

- a) Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- b) Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;
- c) Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;
- d) Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos;
- e) Desenvolver as acções de investigação criminal e contra-ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- f) Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- g) Garantir a execução dos actos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;
- h) Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;
- i) Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza;
- j) Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- l) Garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei;
- m) Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou consumo;
- n) Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos;
- o) Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz, e humanitárias, no âmbito

policial, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;

p) Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;

q) Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

3 - Constituem ainda atribuições da PSP:

a) Licenciatar, controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam ou se destinem às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança, sem prejuízo das competências de fiscalização legalmente cometidas a outras entidades;

b) Licenciatar, controlar e fiscalizar as actividades de segurança privada e respectiva formação, em cooperação com as demais forças e serviços de segurança e com a Inspeção-Geral da Administração Interna;

c) Garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos, quando sujeitos a situação de ameaça relevante;

d) Assegurar o ponto de contacto permanente para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto.

Conflitos de natureza privada A PSP não pode dirimir conflitos de natureza privada, devendo, nesses casos, limitar a sua acção à manutenção da ordem pública”.

Anexo n.º 2 – Conteúdos funcionais do Oficial de Polícia³¹

“Superintendente –Chefe

Funções de comando e direcção superior.

Funções de inspecção superior, coordenando equipas inspectivas.

Funções de direcção dos estabelecimentos de ensino policial.

Funções de comando de unidades territoriais regionais ou metropolitanas e da Unidade Especial de Polícia.

Funções de direcção executiva dos Serviços Sociais

Superintendente

Funções de comando de unidades territoriais distritais

Funções de direcção intermédia do 1.º grau.

Funções de inspecção.

Coadjuvação e substituição dos directores dos estabelecimentos de ensino policial.

Coadjuvação e substituição do comandante de unidades territoriais regionais ou metropolitanas e da Unidade Especial de Polícia.

Funções de chefia de área na estrutura de comando de unidades territoriais regionais ou metropolitanas e da Unidade Especial de Polícia.

Intendente

Funções de direcção intermédia do 2.º grau.

Coadjuvação e substituição do comandante de unidades territoriais distritais.

Funções de comando de divisões policiais nas unidades territoriais regionais e metropolitanas e em subunidades da Unidade Especial de Polícia.

Funções de chefia de áreas na estrutura de comando das unidades territoriais distritais.

Funções de chefia de serviços na estrutura de comando de unidades territoriais regionais, metropolitanas e na Unidade Especial de Polícia.

Subintendente

Funções de comando de divisões policiais nas unidades territoriais distritais

Funções de chefia de serviços integrados em unidades orgânicas flexíveis, ou equiparadas, da Direcção Nacional.

Funções de chefia de serviços na estrutura de comando das unidades territoriais distritais.

Coadjuvação e substituição do comandante de divisões policiais nas unidades territoriais, regionais e metropolitanas e nas subunidades da Unidade Especial de Polícia.

Comissário

Funções de comando de esquadras nas unidades territoriais, metropolitanas que sejam definidas como complexas por despacho do director nacional ou de grupo nas subunidades da Unidade Especial de Polícia.

Funções de chefia de serviços na estrutura de comando das divisões policiais das unidades territoriais regionais, metropolitanas e nas subunidades da Unidade Especial de Polícia.

³¹ Artigo 41.º, do Estatuto do Pessoal da PSP, publicado no DR, 1.ª série, n.º 199, de 14-10-2009.

Coadjuvação e substituição do comandante de divisão policial nas unidades territoriais distritais.

Subcomissário

Funções de comando de esquadra nas unidades territoriais regionais, metropolitanas e distritais ou de subgrupo nas subunidades da Unidade Especial de Polícia.

Funções de chefia de serviços na estrutura de comandos das divisões policiais das unidades territoriais distritais.

Coadjuvação e substituição do comandante de esquadra nas unidades territoriais metropolitanas que sejam definidas como complexas por despacho do director nacional.

Funções de assessoria nos serviços da Direcção Nacional, dos estabelecimentos de ensino, das unidades territoriais e da Unidade Especial de Polícia, nomeadamente funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnico -policial e de índole científica, exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado”.

GUIÃO DA ENTREVISTA

COMANDO E LIDERANÇA DAS MULHERES OFICIAIS NO COMANDO DE POLÍCIA DE LISBOA



Apresentação do Projecto

Este projecto tem como objectivo estudar o papel de comando e liderança que as mulheres Oficiais de Polícia exercem no Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa, quer à frente de uma Esquadra, quer de uma Divisão, quer de um Departamento, e mais especificamente, a identificação e análise dos factores organizacionais dos serviços e socioculturais das suas lideranças que podem facilitar ou dificultar o comando.

Equipa de Investigação

Coordenação:

Prof. Dr. Manuel Lisboa

Subintendente Florbela Carrilho

Investigadora:

Fernanda Portinha

Duração: 400 horas

CONTROLO DE ADMINISTRAÇÃO DO GUIÃO

Apresentação do estudo, introdução da entrevista e garantia de confidencialidade e anonimato.

Prestar atenção e registar todos os elementos que, de algum modo, podem influenciar o desenrolar da entrevista, nomeadamente a manifestação de emoções.

Entrevista semi-estruturada.

Se a resposta não abordar os aspectos pretendidos, perguntar tudo o que for necessário.

Identificação do serviço:

Identificação do entrevistado (cargo desempenhado):

Contacto:

Data:

Local:

Hora de início:

Hora que termina:

Observações sobre a forma como decorreu a entrevista.

INFORMAÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO

Recolher a informação geral do serviço antes de iniciar a entrevista (junto das mulheres oficiais)

Principal actividade do serviço (descrição):

Localização:

Composição da direcção:

A. Informação sobre a Instituição

Vamos iniciar a entrevista com algumas questões sobre o serviço que dirige.

Perguntas

1 - Por favor, fale-nos da história do serviço

Por quem foi fundado, com que objectivos, principais mudanças ocorridas...

2 - Fale-nos da forma como o serviço se organiza internamente

Estrutura interna do serviço (sectores como são administrados...)

3 - E nas suas relações externas

Relações com outros serviços, poder político, sindicatos...

B. Contexto Social

Em seguida, gostaríamos de abordar alguns aspectos da sua história de vida...

Perguntas

1 - Qual a sua idade?

2 - Onde nasceu?

3 - Diz-nos, por favor, qual o seu nível de instrução formal?

4 - Gostávamos agora que descrevesse a sua trajectória escolar...

Em que escolas/universidades andou

Se tinha sucesso escolar,

Perceber se houve acontecimentos relevantes em termos da capacidade de liderança (*por ex. se pertenceu a alguma associação de estudantes*).

5 - E qual o seu estado civil?

(Se casado/união de facto)

6 - Qual a ocupação profissional do seu cônjuge (companheiro)?

Perceber se está (ou não) na PSP, na mesma área ou em área idêntica...

7 - E os seus pais, o que fazem ou faziam profissionalmente?

Perceber o meio social, ocupação profissional e nível de instrução.

Conhecer possível ligação destes ao serviço e também de outros familiares

8 - Tem filhos?

De que idades? Residem consigo? O que fazem?

Se estudam/trabalham: onde, sucesso e expectativas em relação ao seu futuro...

(Se tem filhos)

9 - Gostava que algum dos seus filhos seguisse a sua trajectória profissional?

10 - Houve interferência da carreira policial por ter casado e ter tido filhos?

11 - Essa condição teve influência no seu percurso profissional?

12 - O seu horário e a sua actividade são conciliáveis com o acompanhamento da sua família?

13 - Como ocupa os tempos livres?

C. Contexto profissional

Em seguida, vamos colocar-lhe algumas questões sobre a sua trajectória profissional.

Perguntas

1 - Diga-nos, por favor, qual a sua actual função na Instituição?

2 - E desenvolve essa função desde quando?

3 - E anteriormente já estava na Instituição? Por favor, descreva-nos o seu percurso profissional...

Em que serviços esteve, com que cargos e durante quanto tempo

4 - Que importância dá ao seu trabalho, qual a compensação que procura retirar dele?

Recompensas materiais, realização pessoal, desenvolvimento...

5 - Considera que é uma actividade com prestígio?

Se outros lhe reconhecem prestígio social...

6 - Como caracteriza as suas relações com colegas, pares e superiores na Instituição?

Relações com colegas, pares, superiores e outras.....

7 - Nota que há alguma diferença quando se relaciona com colegas de outro sexo?

Ao nível da direcção

E com subalternos

8 - Descreva as suas principais actividades na Instituição.

9 - Como é que descreveria a sua actividade na Instituição, ao nível da sua satisfação, do prazer que sente e como é que se inscreve na sua vida passada, presente e futura?

10 - Quais os objectivos profissionais e expectativas que tem para o futuro?

11 - Fale-nos sobre os factores que, na sua opinião, mais motivam a sua acção na Instituição, particularmente nas situações difíceis em que apetece largar tudo...

12 - Que outras profissões tinha como opção?

13 - Sente-se realizada com a profissão que exerce?

14 - Se pudesse voltar atrás ingressava na PSP? Porquê?

15 - Foi fácil chegar ao lugar de comando dentro de uma Instituição tendencialmente masculina?

16 - Pelo facto de ser mulher a liderar um grupo de homens, sente-se obedecida e respeitada na relação que mantém com os subordinados?

D. Tomada de decisão

Gostava agora de lhe colocar algumas questões relacionadas com processos de tomada de decisão em situações que envolvem risco.

Se já esteve envolvida num destes processos, por favor descreva-o.

Se não esteve envolvida, imagine uma situação.

Perguntas

Lembre-se de uma situação difícil, com riscos e inesperada, que lhe exigiu uma tomada de decisão rápida na Instituição, com capacidade para afectar o futuro da Instituição ou o seu pessoalmente.

1 - O que lhe vem à mente?

2 - O que sente?

Explorar as dimensões emocionais, ou seja, perceber o que é do domínio da razão (decisão em função do que deve ser feito) e do domínio emocional (desencadeada por estímulos emocionais) e que sentimentos envolve.

3 - E na sua opinião, o que foi mais importante a emoção ou a razão?

4 - Importa-se de descrever os seus sentimentos face ao momento da tomada de decisão?

5 - Como caracteriza os seus sentimentos face aos resultados (tanto no sucesso, como no insucesso)?

6 - Passado algum tempo, como analisa todo o processo?

7 - Se pensar bem, no momento da tomada de decisão (naquela fracção de segundo) o que é que mais a motivou?